

COLÉGIO PEDRO II

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar

Mariana Vieira de Brito

**EM BUSCA DE NOVOS SENTIDOS PARA A
PAISAGEM DA PEQUENA ÁFRICA: story map da arte urbana
como prática pós-colonial de ensino da geografia**

Rio de Janeiro
2022



Mariana Vieira de Brito

BUSCA DE NOVOS SENTIDOS PARA A PAISAGEM DA PEQUENA ÁFRICA:
story map da arte urbana como prática pós-colonial de ensino da geografia

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado na Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar (TPGE/CPII), vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Teorias e Práticas da Geografia Escolar

Orientador Professor Dr. Demian Garcia Castro

Rio de Janeiro
2022

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

B862 Brito, Mariana Vieira de
Busca de novos sentidos para a paisagem da pequena África: story map da arte urbana como prática pós-colonial de ensino da geografia / Mariana Vieira de Brito. - Rio de Janeiro, 2022.

21 f.

Artigo científico apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientadora: Demian Garcia Castro.

1. Geografia – Estudo e ensino. 2. África. 3. Grafites. 4. Pós colonialismo. 5. África cultura. I Castro, Demian Garcia. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 910

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

Mariana Vieira de Brito

EM BUSCA DE NOVOS SENTIDOS PARA A PAISAGEM DA PEQUENA ÁFRICA: *story map*
da arte urbana como prática pós-colonial de ensino da geografia

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado na Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar (TPGE/CPII), vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Teorias e Práticas da Geografia Escolar

Aprovado em 13/06/2022

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Demian Garcia Castro
(Orientador)

Prof. Dr. Leandro Riente da Silva Tartaglia
Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar (TPGE/CPII)
(Examinador interno)

Profª. Ma. Suzana dos Santos Barbosa
Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico (Ererebá)
(Examinadora externa)

Rio de Janeiro
2022

**EM BUSCA DE NOVOS SENTIDOS PARA A PAISAGEM DA PEQUENA ÁFRICA:
story map da arte urbana como prática pós-colonial de ensino da geografia**

Mariana Vieira de Brito

Resumo: Nossa proposta tem por objetivo promover uma prática de atividade de campo virtual em geografia, a partir da arte urbana presente na região denominada por Pequena África. Nesse intuito, será debatido a arte urbana enquanto objeto pós-colonial na tentativa de promover uma leitura da cidade do Rio de Janeiro mais ampla que rompa com os aspectos ligados à materialidade do patrimônio instituído e seus discursos formais. Como ferramentas de ensino utilizaremos a cartografia subversiva e a tecnologia da informação, tendo em vista posicionar os grafites em meio à Pequena África e compreendê-los na paisagem. O público-alvo dessa ação são os/as alunos/as da 1ª série do Ensino Médio que dentro da sua grade curricular possuem conteúdos centrados no conceito de paisagem e nos usos da cartografia como ferramenta de interpretação do espaço geográfico.

Palavras-chave: Pequena África; Grafites; *Story Map*; Pós-colonial.

IN SEARCH OF NEW MEANINGS FOR THE LANDSCAPE OF SMALL AFRICA: story map
of urban art as a practice of teaching geography

Abstract: Our proposal aims to promote a practice of virtual field activity in geography, based on the urban art present in the region called Little Africa. To this end, urban art will be discussed as a post-colonial object in an attempt to promote a broader reading of the city of Rio de Janeiro that breaks with aspects related to the materiality of the instituted heritage and its formal discourses. As teaching tools, we will use subversive cartography and information technology, with a view to positioning graffiti in the middle of Little Africa and understanding them in the landscape. The target audience of this action are the students of the 1st grade of high school who, within their curriculum, have content centered on the concept of landscape and the uses of cartography as a tool for interpreting the geographic space.

Keywords: Little Africa; Graffiti; Story Map; Post-colonial.

1. INTRODUÇÃO

Embora não seja um fenômeno novo, podemos observar nos últimos anos um crescente aumento no número de grafites¹, lamb's² e stêncil³ nas grandes cidades brasileiras e mundiais. Essas manifestações artísticas, em especial o grafite, têm se feito presentes em diferentes lugares, tamanhos, cores e formas, são produzidas por artistas com diversas origens e estão dispostas em diferentes campos de visão, tanto em escala panorâmica, geralmente em fachadas e laterais de grandes edifícios, quanto na linha de chão⁴, como becos e muros baixos. Esse movimento tem se espalhado em um número variado de regiões da cidade, deixando de ser uma expressão artística circunscrita às periferias urbanas e aos grupos subalternos, notadamente o movimento hip hop, e tomado diferentes paisagens, entre elas, as paisagens da cultura dominante (COSGROVE, 2012), alterando, então, ordens e estéticas paisagística mais conservadora.

Assim, esse tipo de arte também tem sido produzida em grandes avenidas, símbolo do poder econômico, como a avenida paulista, fachadas de edifícios de classe média e até em sítios históricos, como Olinda, em Pernambuco. O Estado através principalmente da figura da municipalidade, como nas cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Recife e São Paulo, tem promovido a realização de grafites em locais controlados e determinados, através de incentivos públicos, notadamente em áreas modernas da cidade e/ou que tenham passado por processos de “revitalização⁵” por parte da iniciativa privada e pública. Segundo Valverde (2017) essas cidades buscam passar a ideia de modernidade, criatividade, jovialidade e dinamismo, contrastando, assim, com o cinza da poluição e das construções em concreto.

Os grafites, juntamente com outras manifestações da arte urbana, expressam os conflitos das cidades contemporâneas, com suas contradições e desigualdades. Eles são uma narrativa criada nas cidades e se colocam em disputa com os diversos signos dispersos na paisagem urbana. Muitas vezes se tornam manifestações políticas e culturais de uma população “esquecida” ou “invisível”, relegada e até impedida de deixar suas marcas nos espaços de maior visibilidade. Para Baudrillard (1979) os grafites não se preocupam com a arquitetura, eles a profanam, eles a esquecem, eles a transpassam. Para ele, o artista mural respeita o muro como respeitaria o quadro postado em seu cavalete.

O grafite corre de uma casa a outra, de um muro a outro, do muro para a janela, ou para a porta, ou para o metrô, ou à calçada, ele se enclava, se espraia, se superpõe (a superposição equivale à abolição do suporte como plano, assim como o desdobramento equivale à sua abolição como quadro) –seu grafismo é como a

¹ Para Gitahy (2017), os grafites são manifestações artísticas que possuem a cidade como suporte, no qual muros, postes, viadutos, calçadas etc. são preenchidos por “enigmáticas imagens” que nos convidam ao encontro e ao diálogo.

² Pôster lambe-lambe, ou poster-bombar, é um pôster artístico de tamanho variado que é colado em espaços públicos. Podem ser pintados individualmente com tinta látex, spray ou guache. Quando feitos em série sua reprodução pode ser através de fotocopiadoras ou silkscreen.

³ O “Stencil” ou Estêncil é uma técnica usada para aplicar desenhos ou ilustrações, por meio de um molde vazado de papel ou acetato, em diversas superfícies, utilizando tinta aerossol (spray) ou outros tipos de tinta.

⁴ Existem outras possibilidades de classificação das escalas de visibilidade dos grafites, Nogué (2007; 2009) *apud* Tartaglia (2015) denomina o fenômeno dos grafites em escala geográfica pequena de micro paisagens. Ver Taraglia (2015 e 2021).

⁵ Segundo Sotratti (2015) “A revitalização consiste na refuncionalização estratégica de áreas dotadas de patrimônio, ou seja, de objetos antigos que permaneceram inalterados no processo de transformação do espaço urbano, de forma a promover uma nova dinâmica urbana baseada na diversidade econômica e social. Essa estratégia, adotada de forma precursora pela cidade de Barcelona, na Espanha, disseminou-se por diversas cidades do mundo assumindo diferentes denominações idiomáticas: *gentrification*, no Reino Unido; *rehabilitation/refurbishment* e *renovation*, nos EUA; *réhabilitation*, na França; *rehabilitación*, na Espanha, são algumas denominações empregadas em programas que adotam tal estratégia.”

perversão polimorfa das crianças, que ignoram o limite dos sexos e a delimitação das zonas erógenas. (BAUDRILLARD, 1979, p. 23).

Em muitos casos, os/as grafiteiros/as e pichadores/as são produtos da exclusão social, jovens que decidem protestar e, sobretudo, se manifestar em muros das cidades, dando seu recado ou simplesmente deixando suas marcas ou assinaturas, assim, subvertendo a lógica econômica e/ou hegemônica das paisagens da cultura dominante, isto é, “de grupos ou classes cuja dominação sobre outros está baseada objetivamente no controle dos meios de vida: terra, capital e força de trabalho.” (COSGROVE, 2012, p. 230).

Atualmente, assistimos à incorporação de grafites em grandes galerias de artes e em museus de arte contemporânea, bem como a emergência de nomes como Kobra, os Gêmeos e Banksy o que nos faz crer, em certos contextos, que essa prática alcançou o status de arte dominante. Desta forma, podemos pensar em pelo menos dois tipos de grafites: os produzidos por pessoas oriundas de grupos sociais subalternizados e que por isso não são bem aceitos pela sociedade e geralmente são acusados de poluir ou degradar a paisagem e os grafites aceitos e até demandados pelos produtores do espaço, como o Estado, empreendedores e agentes imobiliários. Em relação a esse último grupo, a *street art* torna-se um atrativo, adicionando elementos decorativos em paredes laterais de prédios e fachadas em mau estado de conservação.

Assim, são encomendados desenhos a artistas consagrados, em muitos casos vindos de uma tradição muralista⁶. Com isso, o grafite, anteriormente “recusado” pelos especialistas, ganha um novo status ao mudar de ambiente e produtores. Um dos atributos dos grafites é o lugar que ele ocupa no espaço, que depende do conjunto de objetos e relações estabelecidas entre as coisas, as pessoas e o próprio grafite, sendo assim alvo de diferentes interpretações e receptividades quanto sua existência, conteúdo e agentes de execução. Esse tipo de grafite geralmente faz parte de uma paisagem instituída, integrante de um discurso autorizado (SMITH, 2006) que não necessariamente está preocupado em romper e/ou questionar a semiótica estabelecida. Sendo assim, esse tipo de grafite não possui, a priori, uma potência contestatória. Valverde (2017) ao debater os grafites no Beco do Batman, defendeu que essas manifestações artísticas ao serem reconhecidas pelas instituições perdem seu caráter insurgente, no qual seu sentido político tende a desaparecer ao serem registradas e legitimadas institucionalmente. Nas palavras do autor:

Diferentes formas de arte urbana ganham visibilidade e reduzem o seu sentido marginal, em um movimento de institucionalização. Tal reconhecimento envolve a participação de diferentes instituições, públicas e privadas: as galerias e ateliês de arte, as diversas escalas de poder público (sobretudo o poder municipal), ONGs, jornais etc. O Beco do Batman passa a ser representado como um alto lugar da cultura paulistana, em franca oposição ao sentido marginal que tinha até então. (VALVERDE, 2017, p. 240)

Contudo, percebe-se que há uma linha tênue entre a aceitação/valorização desse tipo de arte pelos atores hegemônicos e sua natureza insurgente, tendo em vista que os grafites possuem uma efemeridade, espontaneidade que em questão de horas podem ser radicalmente alterados e passar a contestar e insurgir contra esses mesmos atores e discursos hegemônicos. O protesto

⁶ Segundo Tupynambá (2013) O mural ou muralismo é uma forma de arte realizada com técnicas diversas, mas sempre sobre paredes, superfícies de madeira ou telas nelas fixadas, pressupondo-se grandes dimensões e a expressão do pensamento do artista sobre seu tempo e suas crenças. Para a enciclopédia Itaú cultura, o termo refere-se à pintura mexicana da primeira metade do século XX, de feição realista e caráter monumental. A adesão dos pintores aos murais de grandes dimensões está diretamente ligada ao contexto social e político do país, marcado pela Revolução Mexicana de 1910-1920. Disponível em: <<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo3190/muralismo>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

em novembro de 2020 no Beco do Batman atesta bem o que acabamos de relatar, no qual os muros do Beco foram pintados de preto como manifestação pela morte de um grafiteiro, o Nego Vila Madalena assassinado por uma policial militar à paisana⁷. Em questão de horas os desenhos com temáticas leves e aparentemente sem um propósito transgressor tornaram-se demonstração de luto e insatisfação contra a abordagem policial na cidade de São Paulo, rompendo assim uma ordem simbólica urbana ligada ao turismo.

Neste sentido, acreditamos que os grafites, juntamente com outras manifestações, disputam significado na paisagem onde grupos insurgentes, ou não, buscam impor novos sentidos aos discursos, lugares e objetos. Desta forma, a arte urbana é capaz de atualizar conteúdos presentes na paisagem e busca disputar a consciência das pessoas que passam ou vivem em determinados recortes geográficos, informados tanto por paisagens panorâmicas quanto de linha de chão.

Um dos grupos insurgentes responsáveis em grafar a paisagem carioca é a população negra⁸, historicamente subalternizada e invisibilizada na memória da cidade e que através da arte urbana se impõem dentro de um Rio de Janeiro racialmente segregado e excludente. Da mesma forma que Santos (2012) concebeu a ocupação temporária, intermitente e recorrente do baile chame nos espaços públicos carioca como lugares de valorização e territorialização do negro. Inspirados neste autor, sugerimos que a arte urbana realizada pela população negra e/ou apoiadores de movimentos antirracistas também pode ser encarada como uma expressão artística temporária, intermitente e regular que valoriza a presença negra e se compele em determinados lugares, alterando possíveis interpretações sobre paisagem e assim produzindo Grafias Negras.

Assim, defendemos que os grafites possuem um enorme potencial de diversificar os discursos na e sobre a paisagem e trazer novos olhares e narrativas a respeito da cidade do Rio de Janeiro, em especial sobre a Pequena África. Assim, esse trabalho de conclusão de curso se justifica como uma tentativa de descolonizar o ensino, através de Geo-grafias Negras (GUIMARÃES, 2020) e abordagens alternativas sobre a paisagem carioca. Essa proposta busca ampliar as visões de mundo sobre o espaço urbano evitando o “perigo de uma História e Geografia única” sobre a paisagem.

Tendo isso em mente, o artigo tem como objetivo inserir e problematizar os grafites no ensino de Geografia, através de uma crítica ao currículo escolar tradicional e ao modelo clássico de compreensão das paisagens na escola. Na tentativa de romper com os aspectos ligados à materialidade do patrimônio instituído e seus discursos formais presentes no âmbito escolar propomos um plano de aula baseado em um roteiro virtual, através da ferramenta digital *story map* onde os discentes poderão conhecer a paisagem da Pequena África, através dos seus grafites.

Desta forma, o artigo, está organizado em cinco partes, na primeira parte apresentamos o tema e os aspectos gerais da pesquisa, em seguida são anunciados os caminhos procedimentais realizados ao longo do trabalho. Na seção posterior, debatemos a inserção do grafite no ensino de geografia, sugerimos a análise da arte urbana na paisagem carioca enquanto possibilidade de interpretações espaciais mais plurais por parte dos discentes, realizamos também uma breve crítica ao empreendimento colonial e a conseqüente maneira como o ensino de geografia tem sido conduzida dentro de um currículo tradicional. Na quarta parte do texto, justificamos a escolha pela da Pequena África, no qual atribuímos à região um papel de lugar de reflexão e

⁷ Beco do Batman é pintado de preto em homenagem a artista morto por PM. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/11/30/beco-do-batman-e-pintado-de-preto-em-homenagem-a-artista-morto-por-pm-irma-quer-justica.ghtml>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁸A desigualdade racial é caracterizada pelas diferenças sociais entre brancos e negros. No Brasil, de acordo com o IBGE, por exemplo, os negros representam 75,2% do grupo formado pelos 10% mais pobres. Ainda segundo o IBGE, 48% da população carioca se declara negra, sendo a segunda cidade com mais negros e pardos do Brasil.

atualização dos discursos patrimoniais sobre presença negra na cidade do Rio de Janeiro. Na última seção do texto, sugerimos um plano de aula condizente com a abordagem pós-colonial, voltado para a valorização e interpretação dos grafites na paisagem da Pequena África, através da ferramenta de mapeamento digital *story map*.

2. OPERACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO E O USO DA CARTOGRAFIA DIGITAL COM FERRAMENTA PARA A SUBVERSÃO NO ENSINO

A operacionalização do trabalho se constituiu em três partes: na primeira foi realizada uma revisão bibliográfica sobre os seguintes temas: pós-colonialidade, currículo escolar e grafites no qual selecionaremos artigos que melhor dialogam com a proposta do trabalho. Assim, foi debatida a importância do ensino pós-colonial e a necessidade em se romper com um currículo tradicional, o grafite como objeto dessa proposta e a paisagem e a cartografia como ferramentas analíticas.

Em seguida, realizamos uma visita de campo onde pude selecionar os grafites que mais dialogam com a proposta desta pesquisa. Foram catalogados e georreferenciados grafites, lambs e stencil's que apresentassem figuras e personagens negros ou com mensagem de cunho racial. Foram registradas cerca de 30 imagens de arte urbana na Pedra do Sal, Largo da Prainha, Cais do Valongo e seus respectivos arredores. Esses três lugares foram escolhidos por serem basilares dentro do discurso presente no Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Negra⁹. Outro ponto selecionado para a realização do campo virtual foi o Boulevard Olímpico por ser limítrofe à Pequena África e por possuir uma grande concentração de manifestações artísticas urbanas em seus muros.

A partir disso, plotamos somente imagens mais emblemáticas no *google maps* e *story map*¹⁰, a fim de verificarmos a posição exata das obras e compreender sua relação com outros elementos e objetos vizinhos, na tentativa de criarmos um discurso pós-colonial sobre a paisagem da pequena África. Esse material, contribuiu para a realização de uma proposta de aula que teve como objetivo principal ampliar as leituras sobre a paisagem, promover uma sensibilização paisagística e aproximar discentes em relação a produção e uso de mapas virtuais. Na (figura 1) podemos apreciar o perímetro da Pequena África¹¹, os principais grafites eleitos para serem expostos no *story map* e a localização dos três setores recortados em nossa proposta de pesquisa. Observe que o mapa não apresenta a distribuição espacial dos grafites em toda a região da Pequena África, o trabalho se limitou a expressões artísticas que dialogassem com a questão étnico-racial, em três localidades específicas do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Negra.

Figura 1 - Arte urbana e o negro na “Pequena África”

⁹ Projeto de valorização e proteção do patrimônio da Pequena África promovido pela prefeitura com apoio de universidades.

¹⁰ *Story map* é uma ferramenta gratuita voltada para a produção de narrativas espaciais no âmbito da internet, através dessa tecnologia, torna-se possível inserir diferentes tipos de mídias em modelos de mapa pré-definidos. Disponível em: <<https://storymap.knightlab.com/>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

¹¹ O mapa foi realizado com base na delimitação espacial da região da Pequena África produzido pela Rede de Pesquisa Passados Presentes (LABHOI/UFF – Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense e NUMEM/UNIRIO – Núcleo de Memória e Documentação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro). Disponível em: <<http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php>>. Acesso em: 15 mar. 2022.



Fonte: Elaborado pela autora. Disponível em: <https://uploads.knightlab.com/storymaps/0faef87cc3c1baf1fd1914576ac78f99/geografites-por-uma-proposta-de-trabalho-de-campo-decolonial/draft.html>. Acesso em: 25 maio 2022.

Ainda sobre a operacionalização do trabalho, utilizamos as geotecnologias que possibilitam outras formas de produção e uso dos mapas bastante diferentes das tradicionais técnicas, ampliando, assim, as chances de letramento cartográfico e análise espacial. As mudanças geradas pela Revolução Técnico-Científica Informacional levaram a emergência das tecnologias digitais e dos meios de comunicação e por consequência novas formas de leitura e escrita. Segundo Do Canto (2018), a atual geração de leitores não segue a linearidade do texto, “Eles (leitores) constroem seu percurso de leitura na própria caminhada, navegando por entre fragmentos de informação que aparecem e desaparecem num simples clicar de botões.” (DO CANTO, 2019, p. 1189). Desta forma, a escola é conclamada a se adaptar a essas mudanças que parecem ser irreversíveis. A autora chama a atenção para a necessidade de “novos letramentos” que mesmo tendo uma definição ainda genérica, devido sua novidade, se enquadra como a adoção de diferentes práticas efetuadas com as tecnologias digitais.

Esta novidade estaria diretamente voltada para a construção de diferentes tipos de valores, sensibilidades, normas e procedimentos do letramento convencional, mais condizentes com o atual contexto e com as demandas do mundo globalizado. O novo letramento se configura como uma possibilidade de ampliação de visões de mundo e dos valores que foram estabelecidos do projeto colonial/moderno e que hoje se mostram inadequados e limitados. Esse tipo de prática tem como base a participação e colaboração, neste sentido, o controle e ação não é mais realizado exclusivamente por especialistas ou profissionais, mas por um público interessado em se comunicar e interagir, através de redes sociais, cartogramas, vídeos, imagens animadas etc.

Em relação ao ensino de Geografia, a cartografia seria uma das principais linguagens para a interpretação dos fenômenos distribuídos no espaço geográfico. Segundo a professora da Universidade Federal do Espírito Santo, Gisele Girardi, em entrevista concedida à Revista do Pedro II: **Giramundo**, o mapeamento tem se constituído como uma prática social que cria outras Geografias, capazes de subsidiar demandas por direitos e por visibilidade de grupos subalternizados (GALINARI, 2017). Para ela o mapa é um direito que deve ser decodificado e produzido enquanto possibilidade de expressão e tomada de consciência do/no território. Desta

forma, o ensino de geografia deve estar atento aos sentidos dos usos dos mapas, aos interesses ligados à realização dos mapas, aos fenômenos invisibilizados por detrás deles e as visões de mundo criadas através deles. Neste espírito, propomos uma cartografia subversiva voltada para o questionamento de visões hegemônicas e para a busca de formas alternativas de representar espaços, lugares e territórios (SEEMANN, 2012). Seemann (2012) sugere desafiar a cartografia oficial, através ou de sua rejeição total, como foi feito pela Geografia crítica, ou de sua revisão completa, a fim de abrir novas possibilidades sociais e políticas vinculadas ao uso e análise dos mapas, como ocorreu a partir da década de 1980.

Nos anos 80 surgiram propostas para repensar a cartografia à luz de teorias sociais críticas. Foram os geógrafos que começaram a analisar a disciplina cartográfica, os mapas e os cartógrafos sob a ótica de filósofos críticos como Michel Foucault, Jacques Derrida e Gilles Deleuze. Eles conceberam mapas como textos que precisavam ser lidos nos contextos da sociedade em que foram produzidos para ler entre as “linhas” das suas imagens e encontrar “ambivalências inerentes, agendas escondidas e visões de mundo contrastantes”. Para esses geógrafos, mapas não reproduziam, mas construía mundos, mascaravam os interesses atrás deles e naturalizavam a realidade. (SEEMANN, 2012, p. 145)

Assim, o trabalho buscou utilizar o *story map* como uma maneira de romper com roteiros pré-formulados e fixos, repensar conteúdos tradicionalmente plotados e incentivar um espírito de criação artística, tendo em vista que o mapa pode ser uma representação do espaço livre que expressa desejos, sentimentos e mensagens, como podemos observar na Figura 2.

Figura 2 - Imagens do *story map*- A arte urbana e a paisagem da Pequena África



Fonte: Elaborado pela Autora. Disponível em: <https://uploads.knightlab.com/storymapjs/0faef87cc3c1baf1fd1914576ac78f99/geografites-por-uma-proposta-de-trabalho-de-campo-decolonial/draft.html>. Acesso em: 25 maio 2022.

No site <https://knightlab.northwestern.edu/projects/> criamos narrativas visuais sobre a paisagem da Pequena África, através da ferramenta gratuita, chamada de *story map*, treze obras foram selecionadas (Quadro 1). Dentre essas, nove imagens se localizam em três pontos específicos do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Negra e fazem parte de uma escala de linha de chão, com obras de dimensões modestas, mas carregadas de significados. As quatro imagens restantes estão localizadas no boulevard Olímpico, inserido



nas proximidades da Pequena África e que congrega uma diversidade de grafites panorâmicos, com diferentes temáticas, entre elas a racial¹².

Quadro 1 - Artes urbanas presentes nas áreas selecionados na Pequena África

Nome	Técnica	Local	Imagem
1- Zumbi e Marielle Franco	Grafite	Pedra do Sal	
2- Figura tribal e dizeres como: “A rua é a memória comum”	Lamb-lambs	Pedra do Sal	
3- Meu corpo é de luta	Lamb-lambs	Pedra do Sal	
4- Pelé e Bob Marley abraçados e Cristo negro.	Lamb-lambs	Arredores do Cais do Valongo	
5- Iemanjá	Grafite	Arredores do Cais do Valongo	
6- O mar começa aqui	Grafite	Largo da Prainha	
7- Tia Lúcia	Grafite	Largo da Prainha	
8- Crianças negras	Lamb-lambs e Stencil's	Arredores Largo da Prainha	
9- Favela é patrimônio	Lamb-lambs e Stencil's	Arredores Largo da Prainha	
10- Mural etnias	Grafite	Orla Olímpica	
11- Debret	Grafite	Orla Olímpica	

¹² Disponível em: Ver em:

<<https://uploads.knightlab.com/storymapsjs/0faef87cc3c1baf1fd1914576ac78f99/geografites-por-uma-proposta-de-trabalho-de-campo-decolonial/draft.html>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

12- Criança	Grafite	Orla Olímpica	
13- Refugiados	Grafite	Orla Olímpica	

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

3. COMO O ENSINO DE GEOGRAFIA SE INSERE NESSA TEMÁTICA?

Acreditamos que os grafites, juntamente com as outras formas da arte urbana, são manifestações paisagísticas que extrapolam o discurso oficial e as grandes narrativas coloniais, podendo romper com discursos hegemônicos que colocam em destaque elementos da cultura ocidental europeia. Neste sentido, o grafite está ligado a uma cultura artística-urbana e/ou periférica que expressa desejos, conteúdos e interesses de atores da sociedade invisibilizados na memória nacional e no espaço público cotidiano. Desta forma, a leitura da paisagem urbana brasileira tem ganhado novos contornos, deixando de expressar unicamente a presença de uma elite detentora de poder político e econômico, através de patrimônios instituídos e narrativas que valorizam esses grupos na memória nacional e passando a expressar uma maior diversidade de atores e manifestações no espaço.

Em consonância com Guimarães (2020), acreditamos na necessidade de métodos e metodologias científicas próprias que reivindiquem e valorizem os grupos sociorraciais, historicamente subalternizados, como negros e indígenas. Isto significaria, “buscar novos temas, elementos e referências pertencentes a esses grupos para que as pesquisas façam sentido para o pesquisador, para a geografia e para qualquer pessoa negra que a leia.” (GUIMARÃES, 2020. p. 296). Tendo isso em mente, selecionamos a arte urbana e em especial o grafite como objeto capaz de colocar esses grupos no foco da pesquisa científica e no ensino de Geografia.

Nossa proposta segue as correntes de pensamentos pós-coloniais, surgidas a partir das lutas e dos movimentos de resistências anticoloniais no continente africano, como um conjunto de abordagem, escolas de pensamentos e propostas que possuem como centro de suas críticas a sobrevida do colonialismo, a colonialidade, e seus efeitos perenes e contemporâneos. Essa abordagem tem como principal objetivo desnaturalizar, problematizar e desconstruir novas e velhas ideias sobre o empreendimento colonial, iniciado a partir da consolidação e expansão do capitalismo global, da hegemonia e primazia da Europa Ocidental. (QUIJANO, 2000). O pós-colonialismo surgiu a partir do antagonismo entre colonizador e colonizado e das repercussões dessa separação e hierarquização entre esses indivíduos e grupos sociais. Segundo Ballestrin (2013) a “triade francesa” composta pelos intelectuais Aimé Césaire (1913-2008), Albert Memmi (1920-) e Franz Fanon, juntamente com Edward Said (1935-2003), foram responsáveis em criar as bases e repercutir as ideias de enfrentamento ao colonialismo e neocolonialismo que ecoam até os dias atuais.

Na medida em que Quijano (2000) desenvolve o conceito de “colonialidade do poder, saber e ser¹³”, fica mais evidente como o processo de dominação e apagamento das culturas não brancas foi realizado pelo projeto colonial/modernidade, em sintonia com ciências modernas que colocaram em oposição essas culturas à europeia. Neste caso, a civilização greco-romana foi considerada superior e modelo para a organização de outras sociedades, enquanto os lugares ocupados e saqueados eram considerados primitivos, incultos e, por isso, nulos para o

¹³ A colonialidade do poder apresenta a dimensão econômica-política das heranças coloniais, a colonialidade do saber diz respeito a um padrão de conhecimento global, hegemônico, superior e naturalizado da mesma e a colonialidade do ser, está diretamente relacionada à inferioridade atribuída aos povos subalternizados.

desenrolar do conhecimento científico. Sobre o colonialismo, Grosfoguel (2008) elucida que o conceito “denuncia a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (GROSFOGUEL, 2008, p. 126).

Nesta direção, concebemos a educação étnico-racial ou pós-colonial como uma alternativa para a desconstrução do eurocentrismo e para o fim da ocultação e deslegitimação das contribuições dos povos subjugados pelo colonialismo, fenômeno denominado por Boaventura de Sousa Santos de “epistemicídio” (2009). Tendo isso em mente, inserimos em nosso currículo, posturas e ações que valorizem, investiguem e promovam a contribuição e a presença de negros e indígenas no desenrolar da história da civilização mundial e na conformação do território brasileiro.

Em relação às discussões sobre ensino e aprendizagem, o movimento que se aproxima do rompimento com a colonialidade seria o da perspectiva curricular pós-estruturalista. Segundo Silva (2016) esta visão parte da crítica do currículo tradicional e chama atenção para o fato deste ser um instrumento de poder responsável em dizer o que deve, ou não, ser ensinado. O pós-estruturalismo aponta também para o fato da seleção de conteúdos não ser neutra, ela vai além dos objetivos pedagógicos e transborda a vida dos educandos, sua maneira de ver e agir no mundo está diretamente ligada àquilo que foi aprendido, ou não, em seus anos escolares.

As teorias pós-críticas sobre o currículo procuram refletir sobre as ausências ou invisibilidades no currículo de grupos historicamente subalternizados e os motivos por trás desses esquecimentos. Logo, o comando *por quê*, se sobressai ao *quê e como* ensinar. Essa abordagem tem emergido de lutas sociais plurais que não se restringem mais ao tema da luta de classes e se assentam, sobretudo, no respeito e valorização da diversidade e multiculturalismo. A ascensão deste último termo dentro da antropologia e nas políticas públicas, foi resultado das transformações mundiais, principalmente pós Segunda Guerra Mundial, que resultaram em uma maior complexificação dos movimentos migratórios mundiais, gerando nos países centrais um volume expressivo de imigrantes oriundos de antigas colônias e/ou regiões pobres do sul global. Esse contexto, juntamente com novos debates questionando a “colonialidade do poder, saber e do ser” (QUIJANO, 2005) e a teoria pós-colonialista têm posto em xeque tanto a ciência e seu conjunto de saberes quanto a educação e seu currículo.

Segundo Silva (2016) a teoria multiculturalista tem ajudado a avançar nos estudos raciais, tanto em sua vertente pós-estruturalista quanto materialista, há uma preocupação em compreender a opressão e o lugar ocupado pelos grupos subalternizados em diferentes contextos sociais, históricos e espaços. Essa perspectiva tem influenciado os currículos escolares e universitários, contribuindo assim para questionar o padrão curricular e desnaturalizar a presença e monopólio da cultura europeia nos conteúdos oficiais. Mendes e Ratts (2020) apontam a permanência da colonialidade nos currículos, no qual culturas não brancas ainda hoje estão suprimidas dos currículos educacionais, inclusive na grade de disciplinas das universidades federais brasileiras. Os autores defendem que essa situação tem corroborado para a permanência do lugar de subserviência e silenciamento de outras matrizes étnico-culturais na história e na formação territorial brasileira.

Notadamente esse movimento tem gerado resistências, principalmente dos grupos mais conservadores que estão preocupados em manter o regime de privilégios vigente e, por isso, defendem seus valores como soberanos. Outros grupos contrários ao multiculturalismo acusam-no de incentivar uma suposta fragmentação da cultura nacional, concebendo-a como uma, imutável e harmônica, uma compreensão bastante limitada e ultrapassada dentro de alguns segmentos das ciências sociais. Essa última visão ignora que o processo de construção da nacionalidade foi historicamente controlado pelos grupos dominantes que através de seu poder político e sociais estabelecerem e selecionaram o que deveria constar como elementos da cultura e memória nacional de acordo com seus próprios interesses.

Ainda segundo Silva (2016), para ultrapassarmos esse modelo de currículo mais conservador é necessária a completa reformulação dos seus conteúdos e objetivos. Sem isso, ele continuará reproduzindo conteúdos racialmente enviesados e contribuindo para o fracasso escolar das crianças e jovens pertencentes a grupos étnicos raciais não brancos. O processo de dominação capitalista e o desenvolvimento econômico dos países centrais estabeleceu suas bases, a partir do sistema de exploração de mão de obra escrava e exploração dos recursos naturais do Sul Global (QUIJANO, 2005) Neste intuito, foi estabelecida uma estrutura baseada na diferenciação e hierarquização das supostas raças que deveriam ocupar diferentes posições sociais dependendo de seu fenótipo e origem espacial. Apoiada na ciência do século XIX, as teorias raciais influenciam o currículo e promovem uma visão de mundo distorcida sobre os não europeus. Nesse sentido, negros e indígenas não tem sido contemplados de maneira positiva nos currículos escolares, como mostra o trabalho de Printes (2004) sobre os povos originários nos livros didáticos de Geografia.

Ao refletir sobre o currículo e a apreciação pós-crítica, podemos estabelecer uma relação direta com o ensino de geografia e os elementos paisagísticos usualmente destacados em aulas e iniciativas de análise das paisagens em trabalhos de campo. Da mesma forma que o currículo não é neutro, os elementos que são destacados na paisagem também demonstram a relação de poder entre os distintos grupos sociais. Os grupos dominantes, através do poder econômico e influência política, conseguem facilmente materializar sua existência em lugares privilegiados e conseqüentemente conseguem impor uma narrativa sobre determinadas paisagens. Rubino (1996) demonstra esse padrão ao mapear os bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) em seus primeiros trinta anos de existência e constata que:

O conjunto eleito revela o desejo por um país passado, com quatro séculos de história, extremamente católico, guardado por canhões, patriarcal, latifundiário, ordenado por intendências e casas de câmara e cadeia, e habitado por personagens ilustres, que caminham entre pontes e chafarizes (RUBINO, 1996. p. 98)

Os trabalhos de campo escolares geralmente seguem os discursos oficiais produzidos por órgãos públicos como o IPHAN, ressaltando na paisagem esses mesmos canhões, casas de câmara e cadeia, pontes e chafarizes responsáveis por narrar uma história e geografia branca, católica e masculina.

Além da rediscussão do currículo escolar é necessário promover novos roteiros, práticas e elementos ligados às identidades, aos patrimônios e a lugares, possuindo a perspectiva multicultural como eixo principal e o questionamento das atuais narrativas geralmente ligadas a discursos pouco horizontais, classistas, machistas e racistas. Em nossa prática, podemos observar que os campos em geografia possuem roteiros que corroboram com um currículo tradicional, no qual os professores tendem a se preocupar com o quê vão explorar e selecionar na área delimitada para o campo, em geral uma região “histórica da cidade”, ou mesmo, seu o núcleo de povoamento.

Nas escolas do ensino básico, é comum trabalhos de campo que giram em torno dos monumentos, casarões de figuras históricas, notadamente membros da elite política e/ou econômica, e espaço de poder instituídos, como casas de câmara e cadeia e às sedes de governo. Essas aulas ficam geralmente restritas à elementos da cultura de “Pedra e Cal¹⁴” que fortalecem discursos ligados à colonialidade, como trajetos no centro da cidade do Rio de Janeiro que narram a chegada da Família Real ao Brasil, os fatos e locais que marcaram o império e/ou a

¹⁴ Termo popularmente utilizado em estudos sobre patrimônio cultural para se referir aos bens materiais tradicionalmente protegidos pelos Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN em seus primeiros quarenta anos de existência. O órgão privilegiou elementos da cultura europeia, como igrejas com arquitetura barroca, casarões coloniais e em estilo eclético etc.

República, as grandes obras de destruição e ou aterramento da cidade, entre outras temáticas centradas no protagonismo europeu, branco, militar, masculino e heterossexual.

Em concordância com Silva (2016) acreditamos que os professores como principais formuladores desses roteiros precisam questionar o porquê desses elementos e qual o sentido desses roteiros dentro do currículo escolar? e quais são as consequências futuras e imediatas ao ensinar esse tipo de conteúdo? Assim, o docente poderá desnaturalizar discursos e conscientizar-se sobre o teor político do currículo e de sua prática. Neste espírito, o ensino de geografia e demais ciências precisam promover novas práticas, incluindo propostas de campo, em paralelo com a renovação das discussões sobre o currículo, tendo em vista dar visibilidade a outros grupos sociais, como: migrantes do sul global, afro-brasileiros, indígenas, membros da comunidade LGBTQI+, quilombolas, entre outros. Grupos que na formação do território brasileiro e ao longo da história e das políticas públicas foram apagados e menosprezados no discurso de unidade nacional e na formação do território brasileiro.

Neste sentido, Mendes e Ratts (2020) sugerem que a descolonização do currículo implica em torná-lo mais plural e não eurocêntrico/colonial, uma “reconstrução do imaginário acadêmico, por meio da ressignificação dos saberes instituídos quanto a África e cultura Afro-brasileira”. A geografia e seu ensino ainda se encontra enraizada no paradigma moderno/colonial, reproduzindo discursos hegemônicos e muitas vezes despreocupado em romper com as grandes narrativas, imagens e imaginários sobre os territórios, as paisagens, os lugares e regiões. Corroborando essas ideias, Mendes e Ratts (2020), afirmam que:

As relações assimétricas estabelecidas perante a população negra e população branca na história desse país contribuem para um olhar de negação as culturas afro-brasileiras e indígenas, propiciando a manutenção de uma cosmovisão excludente e colonizadora nos mais diversos âmbitos em especial no âmbito educacional por meio de um ensino de geografia que ao invés de romper com discursos dominantes, os legitima, por vezes alegando não ser este o papel da Geografia, o que também nos remete a estruturação de um racismo à brasileira. (MENDES e RATTTS, 2020, p. 450.)

Guimarães (2020) também aponta caminhos para uma geografia renovada ao propor fazer “uma ciência que faça sentido”, através da Geo-grafias Negras, isto é trabalhar conteúdos da Geografia utilizando diferentes linguagens, em especial as Literaturas Negras, para a compreensão do mundo racializado. Autores como Mendes e Ratts (2020), Anjos (1999), Ratts (2010), Guimarães (2020) entre outros, apontam para o potencial da geografia, enquanto promotora de cidadania, possível instrumento de promoção da igualdade racial e combate ao racismo, na medida em que essa ciência é a principal responsável em evidenciar a distribuição espacial das classes sociais e dos grupos étnicos raciais no território. No âmbito escolar, o ensino de geografia estimula o “raciocínio geográfico” (STRAFORINI, 2018) ou a “espacialidade dos eventos geográficos” (CAVALCANTE, 2012 *apud* STRAFORINI, 2018) que seriam, grosso modo, a reflexão crítica dos fenômenos e eventos espaciais e suas múltiplas escalas de análise que em consonância com o tripé metodológico “onde, por que e como” (ROQUE ASCENÇÃO; VALADÃO, 2014, p. 6) podem gerar uma série de informações, indagações e possíveis soluções para sanar a desigualdade e as injustiças sociais.

Outro papel da geografia seria o de criar visões de mundo, uma vez que ela apresenta o mundo, paisagens, lugares e produz regionalizações, através de práticas espaciais de significação discursivas, ao selecionar e ensinar conceitos e conteúdo (STRAFORINI, 2018, p. 192). Neste sentido, as principais e talvez únicas imagens mentais conhecidas e acionadas por discentes sejam aquelas apresentadas por seus professores de geografia em seus anos escolares. Um currículo pós-colonial de geografia tem como conduta ampliar essas visões de mundo e romper com o projeto moderno/colonial presente na própria geografia, nas ciências como um todo e na própria sociedade.

4. A ARTE URBANA E O PATRIMÔNIO NA PAISAGEM DA PEQUENA ÁFRICA

Na antiga Zona Portuária do Rio de Janeiro, também denominada por “Pequena África¹⁵”, não é diferente. Como veremos mais adiante, grafites, pichações, lamb's estão espalhados por toda a região que recebeu essa alcunha em menção a comunidade negra estabelecida na cidade e localizada nos arredores da antiga Praça Onze até as proximidades da atual Praça Mauá. Entretanto, tal nomenclatura só se difundirá no início dos anos 2000 quando grupos sociais reivindicaram o título, tendo em vista sublinhar a presença da população negra diante das obras de “revitalização” realizadas pela prefeitura que em seus documentos e discursos ressaltaram a presença da população de descendência portuguesa e/ou uma narrativa que descrevia uma situação de “abandono” e “vazio populacional” (GUIMARÃES, 2014).

Como resposta grupos ligados ao movimento negro e a Pedra do Sal, tombada em 1984 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) devido ao seu valor religioso e cultural, reivindicam a região como um enclave da população negra nas proximidades do centro da cidade do Rio de Janeiro, em função de ter sido local de desembarque de cativos vindos da África até a proibição desse tipo de comércio no país. Essa proposta é reforçada pela criação de um Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Negra, pela exploração das escavações do Cais do Valongo no contexto do Projeto Porto Maravilha, no ano de 2011, e através da inscrição do Cais do Valongo como Patrimônio Mundial pela Unesco em 2017.

Com a consagração da Pequena África, um conjunto de objetos materiais foi selecionado na paisagem para concretizar as narrativas sobre a presença da população negra no passado da cidade. Esses objetos, principalmente aqueles ligados à escravidão, atestam formas e processos que se encerraram ao longo do tempo, tornando-se rugosidades (SANTOS, 2002) ou relíquias do passado (CHUVA, 2021). A paisagem carioca projetada pelas instâncias estatais, segundo Chuva (2012), geralmente não estabelece uma linha de continuidade espaço-temporal entre o período da escravidão e a contemporaneidade, suas narrativas tendem a excluir a presença dessa população na cidade e apresentam as consequências da escravidão como uma questão superada.

Para essa mesma autora, as práticas de reconhecimento da Pequena África como região negra da cidade do Rio de Janeiro constroem uma narrativa que se encerra no passado e não dialoga com a presença da população negra na atualidade, ficando limitados à memória da escravidão (CHUVA, 2021). Santos (2019, p. 24) destaca que o projeto Porto Maravilha e o consequente Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Negra mesmo positivando a presença e cultura negra na região ficou restrita “as presenças e culturas do passado, numa concepção arqueológica de patrimônio (...)”.

Nos últimos dez anos, parte significativa da Pequena África continuou passando por um processo de remodelação urbana, chamado pelas autoridades competentes de “Porto Maravilha”. Esse projeto teve como consequência o aumento das divergências entre os diferentes grupos que atuam na área. Notadamente, a prefeitura, iniciativa privada, movimentos sociais e moradores têm discordado sobre os rumos do projeto de renovação da área. Segundo Guimarães (2014), “Essas intervenções, independentes de suas intenções, trazem consigo a valorização imobiliária desses espaços e a alteração do perfil socioeconômico de sua população”. (GUIMARÃES, 2014, p. 9)

A emergência de diferentes visões e propostas para a área foi acompanhada do progressivo aumento de grafites, nos quais podemos observar duas lógicas: Os grafites panorâmicos ou muralistas ligados, ou não, a grandes artistas plásticos e aos incentivos estatais e privados e os grafites de linha de chão produzidos por movimentos sociais e grupos do movimento hip hop. Neste sentido, partimos da hipótese que os grafites podem ser fontes para

¹⁵ O Autor Roberto Moura em seu livro “Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro”, atribui a denominação “pequena África” ao compositor Heitor dos Prazeres.

entender a paisagem, compreender os conflitos existentes entre os atores, como estratégia identitária e de construção de sentidos espaciais para aquela área a partir da paisagem. Por esses motivos, esse recorte espacial foi selecionado como objeto de análise e local de campo virtual.

Em trabalhos anteriores (BRITO, 2021) constatamos a presença de diferentes manifestações artísticas urbanas que irrompem a paisagem da Pequena África e que possuem a potência de modificar e atualizar narrativas espaciais consolidadas. A partir de grafites, pichações, ou aplicações de técnicas como lambes e estêncil, grupos insurgentes mobilizam a paisagem para chamar atenção para necessidade do reconhecimento da memória negra na Pequena África (BRITO, 2021) e para a atual presença de negros no cotidiano da região. A arte urbana e as ações dos movimentos sociais que reivindicam a memória negra na região da Pequena África mostram o fortalecimento de grupos insurgentes no cenário político (SANTOS, 2019) e o processo de formação de paisagens políticas de pequena escala enquanto um instrumento da política contemporânea. Nessas circunstâncias, a paisagem torna-se um veículo de comunicação, obtenção e cumprimento de direitos, sendo mobilizada por grupos articulados na tentativa de alterar a agenda política ou mesmo de manifestar vontades.

Tendo isso em mente, propomos uma atividade escolar voltada para o treinamento do olhar sobre a paisagem que valoriza a interpretação e sensibilização de alunos e professores em relação à arte urbana presente na Pequena África. Para isso, utilizamos a ferramenta virtual *story map* tendo em vista criar visões alternativas sobre a cidade do Rio de Janeiro, rever conteúdos tradicionalmente plotados e incentivar um espírito de criação artística e de mapeamento e análise espacial.

5. PROPOSTA DE AULA PÓS-COLONIAL A PARTIR DO *STORY MAP* DA ARTE URBANA NA PEQUENA ÁFRICA

Nesta seção, sugerimos a realização de uma aula (Quadro 2), de três tempos de 50 minutos, utilizando alguns dos conhecimentos adquiridos ao longo do artigo, na tentativa de produzirmos uma metodologia pós-colonial em sala de aula, como objetivo principal procuramos compreender o conceito de paisagem como um recorte espacial variado atravessado pelos sentidos, significados e interpretações individuais ou em grupo, composta de objetos materiais e imaterialidades.

Buscamos também utilizar a cartografia, através do *story map*, para interpretação do espaço e como ferramenta de seleção de elementos materiais e imateriais capazes de dar sentido à paisagem. Dividimos a aula em três partes: na primeira parte sugerimos uma aula expositiva sobre conceitos que serão trabalhados no campo virtual como arte urbana/ grafite e paisagem. Em seguida, será exibido o *story map*, sobre o roteiro da arte urbana na pequena África, onde serão apresentados grafites georreferenciados vinculados à temática negra. Nesta aula, “passaremos” pelas ruas da região, através das imagens das artes urbanas, interpretando-as, juntamente com discentes. Por fim, sugerimos uma avaliação, baseada na cartografia subversiva, na qual os alunos irão criar seus mapas, tendo em vista criar formas alternativas de representação das paisagens que expressam desejos, sentimentos e mensagens (SEEMANN, 2012).

Quadro 2 - Plano de aula pós-colonial utilizando a ferramenta *Story Maps* e o arcabouço teórico conceitual apresentado anteriormente

Aula	Cronograma	Conteúdo e objetivo	Habilidades	Procedimentos
------	------------	---------------------	-------------	---------------

Introdução/Motivação / Problematização	10 minutos	A arte urbana na paisagem	(EM13CHS102) ¹⁶ (EM13CHS104) ¹⁷	Retomar o conceito de paisagem e refletir sobre a arte urbana como um elemento de contestação no espaço urbano, através de imagens emblemáticas de grafites, lambs etc. Sugerimos os grafites do artista inglês Banksy como ponto de partida.
Desenvolvimento	40 minutos	Paisagem e cartografia	(EM13CHS102) (EM13CHS104)	Apresentar o <i>story map</i> (https://storymap.knightlab.com/edit/?id=geografites-por-uma-proposta-de-trabalho-de-campo-decolonial) sobre a presença de grafites na Região da Pequena África, contextualizando sua importância histórica como principal porto de pessoas escravizadas das Américas durante o período colonial. Em seguida, iremos apresentar um conjunto de grafites fotografados e georreferenciados, tendo em vista interpretá-los e compreender sua relação com a paisagem.
Avaliação/conclusão	10 minutos	Cartografia digital	(EM13CHS102) (EM13CHS104)	Nos primeiros 10 minutos serão apresentadas noções básicas de uso e produção de um mapa interativo na plataforma do <i>story map</i> .
Avaliação/conclusão	40 min			Como avaliação, será solicitado aos alunos a realização de seus próprios <i>story maps</i> , produzidos em grupos de 3 alunos. O recorte espacial proposto será o entorno ou bairro da escola, tentando evidenciar os elementos materiais e imateriais na paisagem.
Sugestão de desdobramento	50 min			Outro caminho futuro possível seria o de sugerir a produção de lamb's em sala de aula, de preferência em associação com a disciplina artes, no qual o docente poderia apresentar técnicas mais avançadas de produção de lamb's. O professor poderá sugerir a seguinte tema para os lamb's: As estátuas e ruas do meu bairro homenageiam a população negra?

CONCLUSÃO

O trabalho buscou propor novos sentidos e novas grafias sobre e na paisagem da Pequena África, através da arte urbana. Para isso, procuramos refletir sobre a presença de grafites em diferentes escalas geográficas, tanto em escalas panorâmicas, geralmente ligados a discursos instituídos e em escalas geográficas menores, ou de linha de chão, vinculado à grupos insurgentes, entre eles a população negra que pode reivindicar sua presença na paisagem, através da arte urbana.

¹⁶ Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais da emergência de matrizes conceituais hegemônicas (etnocentrismo, evolução, modernidade etc.), comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.

¹⁷ Analisar objetos da cultura material e imaterial como suporte de conhecimentos, valores, crenças e práticas que singularizam diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.

Tendo isso em mente, sugerimos que os grafites, lamb's e stencil's se incluam como Grafias-Negras na paisagem, a partir do momento que são produzidas por indivíduos ou grupos negros que, com ou sem o intuito direto de passar uma mensagem étnico racial, alteram a semiótica da paisagem previamente concebida.

Tendo o espaço escolar como centro dessa discussão, propomos incluir esse debate, como uma forma de produzir Geo-grafias Negras (GUIMARÃES, 2020), perspectiva que reivindica e valoriza os grupos sociorraciais historicamente subalternizados na formação territorial brasileira. Neste intuito, a escola pode se configurar como local de realização de atividades e espaço de diálogo onde alunos e professores podem rever visões de mundo hegemônicas, dar novos sentidos à lugares, objetos e narrativas espaciais, através da interpretação da arte urbana na paisagem e do uso e produção de mapas subversivos, acionados aqui como ferramenta para obtenção de direito (GIRARDI, 2017).

Nosso trabalho procurou também romper e atualizar as narrativas sobre a região da Pequena África ao propor a arte urbana como um elemento de construção dos discursos em contraposição ao patrimônio de Pedra e Cal, geralmente circunscrito ao período da escravidão. Tendo isso em mente, o trabalho teve como base, os estudos pós-coloniais que possuem como pressuposto uma postura anticolonial e crítica da estrutura global contemporânea.

REFERÊNCIAS

ANJOS, R. S. A.. Distribuição Espacial das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Brasil. **Humanidades (Brasília)**, Brasília, v. 1, n. 47, p. 87-98, 1999.

ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira Roque; VALADÃO, Roberto Célio. Professor de Geografia: entre o estudo do fenômeno e a interpretação da espacialidade do fenômeno. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 18, 2014.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, n. 11, p. 89-117, 2013.

BOAVENTURA, de Sousa Santos; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. 2009.

BRITO, M. V. de. Geografite: paisagens da pequena África em disputa. *In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA*. 2021. Campina Grande: 2021. **Anais do XIV Encontro Nacional De Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**: Campina Grande: Realize Editora, 2021.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Entre a herança e a presença: o patrimônio cultural de referência negra no Rio de Janeiro. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 28, 2020.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (org.)*. **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 219-237.

DO CANTO, Tânia Seneme. Os mapas e as tecnologias digitais: novos letramentos em pauta no ensino de Geografia. **Perspectiva**, v. 36, n. 4, p. 1186-1197, 2018.

GALINARI, Tiago Nogueira. Entrevista com a professora Gisele Girardi. **Giramundo: Revista de Geografia do Colégio Pedro II**, v. 4, n. 8, p. 109-125, 2017.

GITAHY, Celso. **O que é graffiti**. Brasiliense, São Paulo, 2017.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. Geo-grafias negras e geografias negras. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, p. 292-311, 2020.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. **A utopia da Pequena África**: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na zona portuária carioca. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

MENDES, Raquel Almeida; RATTS, Alex. A África nos cursos de geografia: uma experiência de pesquisa participante em sala de aula. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 10, n. 19, p. 445-460, 2020.

Moura, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. Vol. 32. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

PRINTES, Rafaela Biehl. Presença indígena nos livros didáticos de Geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 4, n. 8, p. 195-220, 2014.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, v. 17, n. 37, p. 4-28, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, 2000. p.118-142.

RATTS, Alecsandro (Alex) J. P.. Geografia, relações étnico-raciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino. **Terra Livre**, v. 34, p. 125-140, 2010.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 24, p. 97-105, 1996.

SANTOS, Renato Emerson Dos. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis: DP et Alli, p. 36-67, 2012.

SANTOS, Renato Emerson dos. Repertórios espaciais de ação na luta anti-racismo: o caso da Pequena África no Rio de Janeiro. *In*: SÁNCHEZ, Fernanda; MOREIRA, Paula C. **Cartografias do conflito**. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SEEMANN, Jörn. Subvertendo a cartografia escolar no Brasil. **Geografares**, p. 138-174, 2012.

SILVA, Tadeu Tomaz. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. São Paulo: Autêntica, 2016.

SMITH, Laurajane. **Uses of Heritage**. Londres: Routledge, 2006.

SOTRATTI, Marcelo Antônio. Revitalização. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Org.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete).

STRAFORINI, Rafael. O ensino de Geografia como prática espacial de significação. **Estudos avançados**, v. 32, p. 175-195, 2018.

TARTAGLIA, Leandro. O visível e o invisível: paisagem urbana e arte pública. **Elisée**, Rev. Geo da UEG, v. 4, n. 1, p. 126-139, jan./jun. 2015.

TARTAGLIA, Leandro. Os deslocamentos espaciais e epistêmicos da arte: o graffiti e outras estéticas das periferias. **Espaço & Geografia**, v. 24, n. 2, p. 223-242, 2021.

TUPYNAMBÁ, Yara. **Muralismo**. Belo Horizonte: Adi Edições, 2013.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. Os limites da inversão: a heterotopia do beco do Batman, em São Paulo. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 37, n. 2, 2017.